

# Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ANFIP

**Superávit - APOSENTADOS** ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**"Precisamos sair da crise sem sair da democracia" - EIXO CAPITAL** ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Bolsonaro corta verba destinada a modernizar sistema anticorrupção** ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Contribuinte pode perder benefício fiscal sem ser condenado por crime** ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Queda na expectativa de vida eleva aposentadorias** ..... 13

O GLOBO - RJ - MUNDO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**ONU pede que Colômbia explique corte da internet** ..... 19

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Tramitação e formato da reforma tributária serão definidos nesta semana, diz Lira**  
..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Retomada desigual (3)** ..... 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Governos deveriam ampliar apoio a comércio e serviços atingidos pela crise (3)** ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Venda da Eletrobras será grande teste para Bolsonaro (3)** ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Alíquota zero de IOF na pandemia - OPINIÃO JURÍDICA** ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Nas redes, aumenta a rejeição ao presidente** ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**O Estado contra os brasileiros - ROBERTO BRANT** ..... 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Crise da covid-19 tira 6,6 milhões de mulheres do emprego (Espaço do Leitor)** ..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

|  |    |
|--|----|
| Commodities em alta dão impulso extra à balança.....   | 30 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL<br>ECONOMIA              |    |
| Reabertura requer 56% de vacinados, aponta UBS BB..... | 33 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA<br>ECONOMIA            |    |
| PEC 32 deve deixar de fora servidores do BC.....       | 36 |

# Superávit - APOSENTADOS

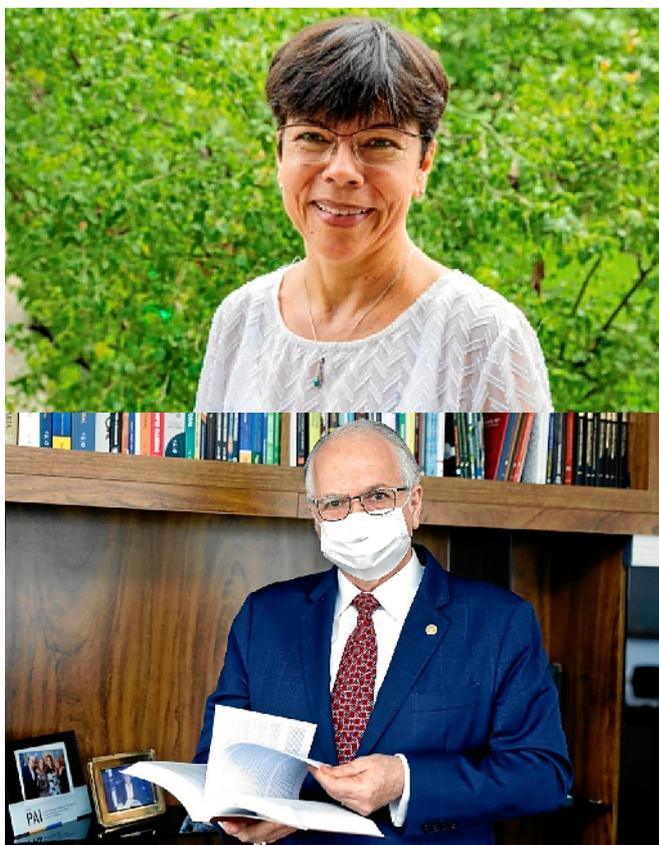
## **EMÍDIO REBELO FILHO**

Convém salientar que a conta **Seguridade Social**, mesmo com as retiradas ou subtrações de recursos financeiros para outros programas do Poder Executivo, ainda possui saldo superavitário, comprovado e amplamente divulgado nas análises anuais da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** e Fundação **Anfip**, indicando como fonte de informações o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal. Como reforço às conclusões da **Anfip** e Fundação **Anfip**, podemos citar o Resultado Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a **Previdência Social** (CPIPREV), constituída de Senadores da República.

### **Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>**

# "Precisamos sair da crise sem sair da democracia" - EIXO CAPITAL



**ANA MARIA CAMPOS**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, enxerga com extrema clareza os desafios da época em que vivemos. Com a pandemia no encalço, as expectativas para o futuro são algo distante. "Pensar no futuro requer asas, mas não conseguimos ainda sair do rés-do-chão", diz, nesta entrevista à coluna. Nas palavras do ministro, a pandemia de covid-19 transformou o planeta numa espécie de sala de emergência.

Segundo Fachin, que assume a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no próximo ano, as eleições de 2022 trazem à tona um imperativo categórico: preservar o sistema eleitoral brasileiro. "Lamentavelmente, há mais parasitas do que hospedeiros. O populismo totalitário ronda a democracia brasileira. É fundamental esse alerta, porquanto é antessala do golpe. O mais grave é essa visão personificada do povo em contraste com as instituições. Precisamos sair da crise sem sair da democracia."

Como a Justiça e o Direito se adaptaram para as novas demandas da sociedade diante da pandemia?

A incorporação progressiva de novos avanços tecnológicos e aos diversos patamares do processo eletrônico se deu de modo rápido, consideradas as circunstâncias, e não houve solução de continuidade. No STF, em 2020, ainda na Presidência do ministro Dias Toffoli, a gestão foi eficiente e de resposta imediata. Com a presidência do ministro Luiz Fux, os procedimentos das sessões virtuais, o trabalho remoto, o planejamento flexível e a preocupação com as adaptações foram mantidas e aprofundadas com zelo. Diante do quadro do possível, a adaptação em geral foi mais que satisfatória.

Há, contudo, problemas, como, por exemplo, na realização de audiências de custódia e a utilização de salas virtuais. Há, também, desafios para estudar e aplicar o Direito em tempos de pandemia, porquanto não apenas conceitos como também práticas são questionadas. E com razão. É um desafiador tempo para ponderar e refletir. Temos ainda muito a aprender e a melhorar.

O futuro vai relembrar O processo de Kafka, ou um processo justo, célere e eficiente? Eis o que temos diante de nós, juízes e jurisdicionados. O sistema de prestação jurisdicional está impactado pela tecnologia, e é importante que o Judiciário (assim entendido o sistema de Justiça: juízes, advogados públicos e privados, procuradores e o Ministério Público, além dos órgãos como Polícia Federal e **Receita Federal**) acompanhe a evolução tecnológica ocorrida na sociedade.

Há novidades batendo às portas, surgem as cortes on-line ou cortes virtuais. Elas partem da percepção de que os tribunais não são um espaço físico, mas um serviço prestado à população, uma vez que os jurisdicionados não estão interessados na arquitetura das cortes, mas no resultado que essas instituições produzem.

Ainda assim habitamos um mundo de paradoxos, de contradições e de desigualdades. Vivemos a era dos smartphones, das videochamadas, das redes sociais, dos bancos digitais, dos livros eletrônicos, do trabalho remoto, dos aplicativos móveis, das plataformas de serviços de streaming e on demand, das compras on-

line. Porém, ao mesmo tempo, vivemos numa sociedade assimétrica e desigual. Segundo pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (TIC - Domicílios 2019), 74% da população brasileira declarou ser usuária da internet. O percentual de domicílios com acesso à internet é de 71%. Quando se considera somente a área urbana, esse percentual é de 75% e, somente a rural, 51%. No recorte com classe social, 99% dos domicílios da classe A têm acesso à internet, ao passo que, quando se considera as classes D e E, esse percentual é de 50%.

Lembre-mo-nos de Franz Kafka, que em seu livro O processo, narra a parábola intitulada "Diante da lei": será que vamos superar a percepção de que há um sistema judicial antiquado, custoso, lento ou ininteligível, que enfraquece a confiança no processo judicial?

Um Estado que não tem uma instituição transparente, eficiente e forte para a resolução de controvérsias não é capaz de sustentar o Estado de Direito democrático.

Como a pandemia pode reforçar os valores humanistas da sociedade?

A pandemia da covid-19 transformou o planeta numa espécie de sala de emergência. Transformou o presente. A humanidade está cindida entre o desejo e o querer. Depende racionalmente da ciência e, ao mesmo tempo, quicá há quem sonhe com soluções mágicas. Pensar no futuro requer asas, mas não conseguimos ainda sair do rés-do-chão. Saúde como direito fundamental se converte no imperativo de termos vacina para todos como direito universal e gratuito. A sociedade justa, livre e solidária desenhada pela Constituição da República é um mundo ainda não nascido e que requer acolhimento, pedagogia da solidariedade, práticas democráticas, respeito aos direitos humanos, pluralidade e tolerância.

Esses valores devem ser o núcleo de atração de uma sociedade que não "normalize" o intolerável nem "banalize o mal", para lembrar Hannah Arendt na pungente reflexão sobre as justificativas do injustificável. No momento em que respondo essas questões, há mais de 400 mil mortos pela covid e 28 mortos na comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. As funções públicas precisam estar à altura desses desafios, começando por reconhecer as falhas e as tragédias, senão colapsaremos, e a vida será mesmo absurdamente descartável.

É possível ter um olhar poético diante desse momento difícil? Como faz para aliviar a tensão?

O tempo é de luto, de tensão permanente, de recessão democrática e de indicadores contundentes

de barbárie. É um tempo em que tortura e execução precisam ser prontamente repelidas. O alívio, portanto, não é fuga. Sob a minha óptica, o olhar poético não é, necessariamente, transcendente ou metafísico, é real, concreto, no cimento de muita dor e na tragédia emerge a flor da poesia, coletiva ou pessoal, como se lê nos versos de Florbela Espanca, cuja originalidade, força e tom são poucos conhecidos entre nós brasileiros, e espelham "expressão que, por supremamente pessoal, se volve em colectiva" (como escreveu sobre os sonetos dela o poeta José Régio). Nela, assim como na poesia, há eloquência no silêncio, no engenho, na estética, e um olhar que dialoga com a vida e se projeta a partir da realidade. Encontro conforto no escutar, no meditar, no contemplar e no orar em família, como também em boas leituras, a exemplo das obras que trazem o pensamento do professor Sidarta Ribeiro.

O que mudou na sua rotina neste ano de pandemia?

Muitas foram as alterações. Em termos de trabalho, creio que são conhecidas as mudanças pelas quais passou o Supremo Tribunal Federal, a fim de se adaptar à realidade do distanciamento social. Os encontros entre os ministros são agora virtuais, nas chamadas reuniões por videoconferência, as audiências são feitas por aplicativos de chamada virtual, as reuniões com a nossa assessoria também e, infelizmente, também o encontro com os nossos familiares tem se limitado a essa incrível e paradoxal tecnologia que nos aproxima de forma inédita, mas que ainda está longe de oferecer o conforto que a proximidade do tato e do afeto proporciona. Essas mudanças de rotina - que se tornaram o novo normal - tem sua razão de ser e não são exclusividade da Suprema Corte brasileira, uma vez que outros tribunais também têm feito uso de tecnologias semelhantes.

Como ficam as grandes questões da humanidade no pós-pandemia?

A recodificação do que virá depende muito do comportamento individual e coletivo de todos, especialmente do modo de produção de bens, valores e serviços. Criatividade e ousio são ingredientes desse caminho a construir. Afazeres com planejamento flexível, trabalho remoto, pode corresponder à tecnologia a serviço da vida. Minha aposta é na libertação e na solidariedade. A sociedade do hiperconsumo pode dar margem à sociedade dos bens essenciais, com tecnologia e capacidade de reinvenção. A todos, cidadãos, cidadãos, juizes e jurisdicionados, é lançado um desafio: cada uma e cada um tm direito a respirar. Esse oxigênio requer um ar que transmita justiça e ética. Não creio que seja uma esperança vã, especialmente para as gerações

do futuro.

O momento exige resiliência e ativismo solidário. Pessoalmente, se engajou em alguma atividade coletiva a distância?

Sim, exige mesmo o equilíbrio entre a omissão cega e o ativismo irresponsável, o que demanda firmeza e serenidade. Sinto-me integrante da comunidade Matersol (Manos da Terna Solidão), orientada espiritual e intelectualmente pelos padres Paulo Botas e Eduardo Spiller Pena, e, mesmo à distância, temos dialogado com o combustível da esperança fornecido pelas palavras do Papa Francisco, por "uma nova imaginação do possível".

Que ensinamento este momento nos deixa?

Há esperanças, mesmo na tragédia. Contudo, num mundo sem limite, como escreveu Jean-Pierre Lebrun, nasce e se desenvolve um ser indiferente, que não pertence a nada e não participa de nada, a não ser de seu próprio nicho, e esse "humano" fruto da pandemia que pode representar um individual pragmático totalitário, que despreza as instituições, o respeito ao outro, à tolerância e a diversidade.

Cabe resistir a isso, ter serenidade e firmeza para o diálogo, para a retomada das pontes que compreendem no dissenso caminhos de legitimação das decisões.

O século XX foi alcunhado por Hobsbawm como a era dos extremos. Será o século XXI a era dos despojos, dos restos de humanidade, de barbárie, de autocracias, de autoritarismos? Ou da esperança renovada?

A boa notícia é que há indícios de despertar. Entendo que em sobressaltos ligamos os sensores. Vivemos um "chiaroscuro", por isso mesmo, há monstruosidades e há seres solidários, há riscos de um colapso gravitacional do sentido de humanidade e há sopros de esperança.

Extraio cinco lições desse tempo pandêmico: a) a responsabilidade tanto pelo trajeto singular quanto pelo laço social (por meio da educação cidadã); b) a legitimidade dos procedimentos; c) a necessidade de justificação e respectivo escrutínio; d) a importância da racionalidade e da redução do grau de indeterminação que resulta de critérios irracionais; e) a autoridade como lugar de merecimento e não posto formal autoexplicativo.

Como o senhor vive em Brasília há cinco anos, como "sentiu" a cidade neste ano de pandemia?

No ano de 2020, a escuridão tomou o lugar da luz com a cronificação da pandemia. Creio que todas as cidades, seus núcleos diversos e suas diferentes camadas, assim foram tomadas, tanto Brasília quanto Curitiba. Desde o assombro nos meses iniciais de fevereiro e março até o final do ano, a realidade foi vista apenas nos sintomas, e o quadro se mostrou realmente volátil, ambíguo, incerto e complexo desde o começo desse 2021, projetando-se para os próximos anos. À luz das orientações das autoridades sanitárias, adaptei a vida pessoal, familiar e profissional na medida do possível. Para todos, embora em graus diferentes, tem sido uma razão em relação ao que considerávamos como "normal".

Como vê a perda de tantos brasileiros na pandemia? Os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões? Que exemplo no mundo poderia ser usado no Brasil?

É uma tristeza e uma tragédia. Há erros, como todas as atividades humanas. Alguns muito graves. Nada obstante, estamos no meio dessa travessia, precisamos de uma vocação ecumênica, de um chamamento que não esbarre em interesses menores ou em contratos ideológicos, necessitamos de uma pauta que una as pessoas e de uma agenda solidária. Para a emergência sanitária, quiçá impende responder com efetivas políticas públicas de saúde. Para a emergência social, impende ter políticas sociais inclusivas, especialmente no acesso à educação para todos.

Para a emergência econômica, políticas de igualdade substancial, de acesso de todos a um patamar mínimo de dignidade existencial, com liberdade e responsabilidade.

Para a crise de gestão, ações coordenadas na sociedade e no Estado, em suas diversas esferas e instâncias.

Para a recessão democrática agravada na pandemia, manter e consolidar a democracia representativa, melhorar a qualidade dos processos nas consultas (eleições, plebiscitos, referendos), e não normalizar o depois como se fosse apenas um rascunho do tempo precedente.

Não há uma única bula, cada povo, sociedade, Estado e governos devem encontrar, dentro da vida aberta e plural, seus caminhos.

A importância da união em torno de um projeto suprapartidário para mitigar os efeitos da pandemia nos próximos anos é possível?

É imprescindível. Lamentavelmente, há mais parasitas

do que hospedeiros. O populismo totalitário ronda a democracia brasileira. É fundamental esse alerta, porquanto é antessala do golpe. O mais grave é essa visão personificada do povo em contraste com as instituições. As eleições de 2022 trazem à tona um imperativo categórico: preservar o sistema eleitoral brasileiro.

Precisamos sair da crise sem sair da democracia. O caminho passa pela política e pelo espaço público, com atuação franca e desinteressada. Cada gesto, cada comportamento, conta como exemplo. É mais do que hora da comunhão na diversidade. O país não pode esperar mais. Saídas passam por elevar o grau de institucionalização, pelo urgente enfrentamento dos efeitos assimétricos da pandemia.

#### A diva do Cerrado

Uma das maiores autoridades do Brasil em estudos de mudanças climáticas, Mercedes Bustamante, professora do departamento de Ecologia da UnB, foi eleita no fim de abril para a Academia Nacional de Ciências dos EUA. Outras 58 pesquisadoras integram a lista composta por um número histórico de mulheres. Referência em bioma do Cerrado, Bustamante está entre os 18 brasileiros mais citados, em 2020, no portal Web of Science, que divulga os nomes dos pesquisadores mais mencionados em trabalhos científicos no mundo.

#### O Código da Revanche

Tema eletrizante nos debates em Brasília, a proposta de reforma do Código de Processo Penal (CPP) deve, enfim, ser votada. O texto do deputado João Campos (Rep-GO) tira do Ministério Público o poder de conduzir investigações criminais e altera o rito do Tribunal do Júri. Associações de promotores e de procuradores, como a AMPDFT, veem a proposta como uma revanche porque ela já foi derrubada em duas ocasiões.

#### Aglomerção oficial

A expectativa é de hotéis lotados em Brasília no fim de semana. Representantes do setor prometem obedecer ao limite de ocupação de 50% por estabelecimento. Mas a pressão do Planalto é grande para encher a cidade na marcha dos produtores rurais em apoio a Bolsonaro e contra o STF.

#### Nem Lula nem Bolsonaro

Esta semana a Executiva do MDB volta a se reunir. Um dos pontos a ser analisado é a proposta do governador Ibaneis de lançar um candidato do partido à Presidência. Ele esclarece que não é nada contra

candidatos já colocados - Bolsonaro e Lula -, mas acha importante que todos os partidos grandes tenham seus candidatos. Hora de definir adesões e apoios é só no segundo turno.

#### Dança das cadeiras

Ibaneis recebeu uma pesquisa sobre a atuação dos administradores regionais e de lideranças regionais. É primeiro passo na preparação para a candidatura à reeleição ao GDF e mudanças estão sendo esperadas para as próximas semanas.

#### Na Chapada

O ministro Ricardo Salles vai pessoalmente à Chapada dos Veadeiros acompanhar as operações de combate ao desmatamento ilegal pelo Ibama, Icmbio e Força Nacional.

# Bolsonaro corta verba destinada a modernizar sistema anticorrupção



*Fábio Pupo* **brasil**

O presidente Jair Bolsonaro cortou a verba que seria destinada pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) à modernização de seu principal instrumento de identificação de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro.

O Conselho havia planejado usar quase R\$ 7 milhões neste ano para a atualização do Siscoaf (Sistema de Controle de Atividades Financeiras).

A plataforma é usada para receber informações suspeitas do sistema financeiro, analisar dados e produzir relatórios de inteligência para órgãos como Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministério Público.

Como a plataforma estava ficando desatualizada e limitada em meio ao avanço da tecnologia, o Siscoaf vinha passando por um processo de atualização iniciado em 2013.

As etapas finais do chamado Siscoaf 2 estavam previstas para 2021 -e o corte deve postergar a conclusão dos trabalhos.

A proposta original do governo para o Orçamento de 2021 previa usar R\$ 6,7 milhões em investimentos para o Siscoaf 2. A verba caiu para cerca de R\$ 6 milhões quando o texto foi aprovado pelo Congresso. Depois, foi zerada por Bolsonaro no ato da sanção

após negociação sobre o texto com os parlamentares.

Membros do Coaf pediram orientações nos últimos dias ao Banco Central, onde a estrutura do conselho está alocada, sobre como proceder diante das mudanças. Foram informados que os cortes afetaram de forma substancial as ações do conselho e que a verba para o Siscoaf 2 foi zerada.

Internamente, é dito que nenhum gasto em relação à modernização do Coaf será possível em 2021 a não ser que haja um remanejamento de verbas promovido pelo governo por meio do Ministério da Economia.

Mas a escassez de recursos em outras áreas limita as chances de recomposição da verba. Após a sanção do Orçamento, Bolsonaro ainda congelou valores do Ministério da Economia e de outras pastas, o que acabou reduzindo ainda mais o montante de órgãos subordinados.

Com o contingenciamento, o Coaf teve congelados R\$ 3 milhões, ou cerca de 15% do valor sancionado. O mesmo percentual foi observado para o BC, que teve R\$ 39,7 milhões paralisados.

A corrupção é o tema mais frequente nas comunicações entre o Coaf e outras autoridades. Em 2018, o órgão foi responsável por elaborar um relatório indicando movimentação financeira atípica de Fabrício José Carlos de Queiroz, ex-assessor do hoje senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) - filho do presidente (ele nega as irregularidades apontadas).

Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, afirma que as escolhas no Orçamento refletem as prioridades do governo.

"Neste momento, infelizmente, o combate à corrupção não é uma iniciativa prioritária, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo", afirma.

"Mesmo depois dos vetos, os parlamentares terão R\$ 35,6 bilhões para suas emendas, muitas delas paroquiais e eleitoreiras", diz.

"No entanto, são cortados R\$ 7 milhões na verba de investimento para um sistema que fortaleceria o combate a crimes como lavagem de dinheiro e terrorismo".

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49523>

Bruno Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional Brasil, afirma que o Coaf vem sofrendo reveses desde 2019, quando foi transferido do Ministério da Justiça para o Banco Central.

"Este corte radical orçamentário avança ainda mais no estrangulamento do Coaf. Mas não é só isso, ainda mais preocupantes são as possíveis tentativas de intimidação ou retaliação de seus agentes, que estão sob investigação da Polícia Federal", afirma Brandão.

"Tudo isso se insere em um contexto mais amplo de desmanche dos marcos institucionais anticorrupção promovido pelo governo Bolsonaro", afirma.

Ele diz que o Brasil está às vésperas de passar por uma nova rodada de avaliação do Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional), o principal organismo multilateral de enfrentamento da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo internacional.

"O Gafi certamente levará em conta todas essas investidas contra o Coaf, que é o coração do sistema antilavagem de dinheiro brasileiro e poderá resultar em sanções para o país, gerando prejuízos econômicos e agravando o processo de isolamento internacional do Brasil", diz Brandão.

Órgão diz que vai buscar recomposição orçamentária

O Coaf afirmou por meio de sua assessoria de imprensa que o Siscoaf 2 tem como objetivo modernizar e otimizar o trabalho do Coaf "de forma que a ferramenta possa oferecer suporte mais adequado à produção de inteligência financeira, à supervisão dos setores econômicos regulados e ao intercâmbio de informações com autoridades brasileiras e estrangeiras".

O Coaf diz que mais de 80% da atualização já está pronta e que boa parte está em uso, como rotinas automatizadas e a exigência de certificado digital para o envio dos dados. Faltam ainda a conclusão de trabalhos da estatal Serpro (Serviço Federal de Processamento de dados) e trabalhos liderados pela equipe de desenvolvimento do próprio órgão.

"Para a conclusão do projeto, o Coaf buscará a recomposição dos créditos orçamentários", afirma a assessoria.

O Palácio do Planalto não se manifestou e pediu para que o Ministério da Economia fosse procurado. A pasta disse que as verbas foram sancionadas após alterações do Congresso.

**Site:**

## Coaf tem verba cortada

### Verba, em R\$ mi

Investimento do Siscoaf 2 na proposta de Orçamento inicial do governo

**6,7**

Verba na proposta de Orçamento aprovada pelo Congresso

**5,8**

Verba sancionada por Bolsonaro

**0**



### O que é o Siscoaf?

O Sistema de Controle de Atividades Financeiras é uma plataforma de acesso restrito usada pelo Coaf na produção de inteligência financeira



### Como ele ajuda o Coaf?

Ele auxilia a receber, registrar e processar dados suspeitos, processar informações, enviar relatórios a autoridades e supervisionar o cumprimento de regras por parte de pessoas físicas e jurídicas ligadas ao sistema financeiro



### Que crimes ele ajuda a combater?

Crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, além do financiamento do terrorismo e de armas de destruição em massa



### De onde vêm esses dados?

Das chamadas pessoas obrigadas, que são pessoas físicas ou jurídicas ligadas ao sistema financeiro. Estão incluídos bancos, corretoras, a Bolsa e até transportadoras de valores



### O que é o Siscoaf 2?

Projeto para atualizar o Siscoaf, que acumulou ao longo dos anos entraves para receber mudanças tecnológicas consideradas necessárias para melhorar a análise do volume crescente de informações

# Contribuinte pode perder benefício fiscal sem ser condenado por crime



Advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara: decisão da Câmara Superior do Carf é uma violação grosseira à presunção de inocência

**Joice Bacelo Do Rio**

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (STF) decidiu que o contribuinte pode perder o direito a isenções e benefícios fiscais mesmo sem condenação judicial por crime contra a ordem tributária. Para os conselheiros da 3ª Turma da Câmara Superior, última instância do órgão, a punição pode ocorrer já a partir do momento em que tais atos são identificados pela **Receita Federal**.

Essa decisão está sendo considerada por advogados como extremamente preocupante. Os profissionais afirmam que, nesse formato, os contribuintes acabam ficando reféns das interpretações da fiscalização. "É assustador. Uma violação grosseira à presunção de inocência", diz o tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

A compreensão dos tributaristas é a de que o contribuinte só poderia sofrer punições se processado criminalmente e condenado pela Justiça. O advogado Carlos Amorim, do escritório Martinelli, cita o artigo 5º da Constituição Federal. "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." A discussão, no **Carf**, se deu em torno do artigo 59 da Lei nº 9.069, de 1995. Consta nesse dispositivo que "a prática de atos que configurem crimes contra a ordem tributária acarretarão à pessoa jurídica infratora a perda, no ano-calendário correspondente, dos incentivos e benefícios de redução ou isenção previstos na **legislação tributária**".

Os conselheiros interpretaram esse artigo de forma restritiva. "O legislador falou em prática de atos que configurem crimes e não em prática de crimes ou, mais especificamente, em condenação por prática de crimes contra a ordem tributária", diz em seu voto o relator, conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas,

representante da Fazenda. A lei, na sua visão, portanto, não exige manifestação judicial como pré-requisito para a perda de benefícios e isenções.

Pôssas afirma ainda haver "absoluta independência" entre a responsabilidade penal e a tributária e administrativa. As sanções penais, diz ele no voto, dependem do Judiciário. Já a sanção de natureza administrativa ou tributária "independe do resultado do processo criminal, salvo se neste houver absolvição motivada na negativa de autoria ou inexistência do fato imputado".

O relator cita uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em que os ministros condicionam o processo criminal ao término do processo administrativo. "Não é o contrário", diz. Se para iniciar o processo penal exige-se a conclusão do administrativo, questiona, como se pretender que o administrativo só possa começar quando houver o trânsito em julgado do criminal?

Essa decisão se deu por maioria de votos. Quatro conselheiros acompanharam o relator e três divergiram, votando para que a perda de isenções e benefícios só pudesse ocorrer após sentença condenatória. O tema foi analisado por meio de recurso apresentado por uma indústria de Santa Catarina (processo nº 11516.006132/2008-17).

Segundo consta no processo, a empresa perdeu o direito de utilizar crédito presumido de IPI. Trata-se de um benefício concedido aos exportadores. Funciona como uma compensação pelos custos tributários de PIS e Cofins. Tem como objetivo desonerar a cadeia produtiva e, assim, aumentar a competitividade das companhias brasileiras no mercado externo.

A **Receita Federal** afirma que essa indústria superfaturou a aquisição de produtos no mercado interno - que compõe o cálculo para o crédito presumido - e, desta forma, houve um aumento irregular dos valores decorrentes do benefício. Isso, consequentemente, reduziu as quantias a pagar em PIS e Cofins ao governo, configurando crime.

Os auditores chegaram a essa conclusão com base em uma fiscalização própria do órgão. A indústria de Santa Catarina, que não foi condenada por crime, ainda pode recorrer da decisão do **Carf** à justiça.

"Decisões como essa permitem que a empresa seja punida por indícios. A **Receita Federal** interpreta, diz o que entende, sem passar pelo crivo do contraditório e da ampla defesa", critica Mirian Lavocat, do escritório Lavocat Advogados.

Leo Lopes, sócio do FAS Advogados, chama a atenção para os prejuízos que a revogação "antecipada" de benefícios e isenções fiscais podem gerar. "Muitas vezes são essenciais para a atividade. A empresa pode não conseguir se sustentar se sofrer essa perda", diz o advogado.

Ele acrescenta que são comuns os casos em que a Receita entende ter havido crime contra a ordem tributária e, depois, na via judicial, não há confirmação. "Em decorrência desse cenário provisório, já que depende do julgamento na Justiça, entendo que o mais correto é que só se aplique o artigo da revogação de benefícios e isenções depois de ter a decisão definitiva no Judiciário." O advogado Carlos Amorim, do escritório Martinelli, entende que a decisão do STF citada no acórdão do **Carf** não legitima o entendimento dos conselheiros. "Os ministros disseram que é necessário aguardar a confirmação do crédito tributário para que a penal tenha início. Só que aqui, essa decisão do **Carf**, não tem a ver com crédito tributário. Tem a ver com o pré-julgamento de que o contribuinte praticou crime", afirma.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186852](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186852)

## Queda na expectativa de vida eleva aposentadorias



ROSANA HESSELVICENTE NUNES

A pandemia da covid-19 tem provocado mudanças profundas na sociedade global, e no Brasil não é diferente. E um dos impactos das transformações se dará nas aposentadorias, cujos valores devem aumentar a partir do ano que vem, na contramão da reforma previdenciária. Motivo: a queda na expectativa de vida do brasileiro. É o que diz o economista Pedro Nery, doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e consultor de economia do Congresso Nacional.

Pelas regras ainda em vigor, quanto maior a expectativa de vida, maior é o fator previdenciário, que funciona como um desconto sobre o valor a ser recebido pelos aposentados. Como a idade média dos brasileiros vai diminuir pelo menos dois anos, quem se aposentar em 2022 e 2023 pela regra que leva em consideração o fator terá um contracheque maior, já que o abatimento será menor. É importante ressaltar

que o fator previdenciário só valerá durante o período de transição da reforma - a partir de 2027, entrará em vigor a idade mínima de 65 anos para homens e, em 2031, de 62 anos para mulheres.

"A redução da expectativa de vida aumenta o valor das novas aposentadorias. Esse será o caso daquelas que são calculadas pelo fator previdenciário. Desde que foi implementado, houve uma tendência de o fator ser maior a cada ano, porque a expectativa de vida subia - diminuindo o valor das aposentadorias. A lógica era de que o recebimento da aposentadoria se daria por mais tempo, então, haveria um ajuste (para baixo) no valor", explica Nery. Foi a forma que o governo encontrou de estimular as pessoas a contribuírem por mais tempo com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Segundo ele, esse processo de expectativa de vida menor e aposentadorias maiores poderá persistir se a vacinação contra a covid-19 não for acelerada e bem-sucedida. "Com a pandemia, devemos observar queda na expectativa de vida nos dados de 2020 e de 2021. Isso deve afetar o fator previdenciário em 2022 e em 2023", acrescenta. Desde que o fator previdenciário foi adotado, há mais de 20 anos, nunca se viu um quadro como esse.

Nery destaca, ainda, que a pandemia do novo coronavírus vem agravando um problema histórico do Brasil: a desigualdade social, sobretudo pelo fato de o governo não ter como prioridade um programa de distribuição de renda aos mais pobres. O atraso na renovação do auxílio emergencial é uma prova disso. "O governo não consegue considerar esse tema como prioritário", lamenta. Ele lembra que as maiores economias do planeta, como os Estados Unidos, estão focando nessa questão. "Não vemos nenhuma proposição, de fato, sendo apresentada. Nenhum projeto de lei, nenhuma PEC (Proposta de Emenda à Constituição)", diz.

Os retrocessos nas conquistas sociais, segundo Nery, já estavam em curso antes da pandemia e podem ser acentuados se houver demora no controle da crise sanitária. Ele defende a necessidade de cortes de gastos para um programa de renda mínima robusto, que custe algo em torno de R\$ 100 bilhões por ano - quase três vezes mais do que o atual Bolsa Família -, mas isso exige vontade política para reduzir despesas supérfluas e privilégios.

Apesar da redução da pobreza ocorrida em 2020 por conta do auxílio emergencial, Nery alerta que, neste ano, com o agravamento da pandemia, o Brasil ainda pode retroceder mais no campo social, já que o auxílio é menos robusto do que foi no ano passado (caiu de R\$ 600 para, no máximo, R\$ 375). A despeito das promessas, não há um plano claro do governo para melhorar a distribuição de renda no país, que tem mais de 14 milhões de desempregados e 38 milhões de invisíveis, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma definir as pessoas que são desassistidas pelos programas atuais.

"Chamamos isso de desigualdade em V. A desigualdade até caiu, por conta do auxílio, e, agora, está subindo. O país não consegue a recuperação do Produto Interno Bruto (**PIB**) em V, no sentido de que cai bastante e depois sobe muito rápido, mas observamos isso nos indicadores sociais", alerta. Para Nery, o quadro pré-eleitoral tornará os invisíveis mais visíveis, e essa será uma oportunidade para avanços de uma agenda mais inclusiva. A seguir, os principais trechos da entrevista:

A pobreza e a miséria não param de crescer no Brasil. Muito se atribui à pandemia, mas o país já atravessava um processo de reversão de conquistas importantes, a ponto de voltar para o mapa da fome. O que aconteceu? Por que o Brasil regrediu nessas questões sociais?

O primeiro evento que promove esse retrocesso é a recessão de 2015 e 2016, quando os ganhos sociais começaram a ser desfeitos. O que chama a atenção entre aquela recessão e a recessão de agora é que houve uma recuperação da economia e do mercado de trabalho, mas a recuperação dos indicadores de pobreza foi muito tímida. É como se a recessão para os mais pobres tivesse continuado. É como se o **PIB** dos pobres, digamos assim, não tivesse se recuperado. E acho que o país não tem percebido isso. Não houve ampliação do Bolsa Família, o país não fez nenhuma reestruturação dos programas sociais para acolher essa população. O que chama a atenção, quando olhamos para o período do fim do governo Dilma Rousseff e o início do governo Michel **Temer**, é que houve aumento do nível do gasto público, mas não foi uma elevação baseada em transferência de renda para a população mais pobre. O país chegou com a situação dramática antes do novo coronavírus e, com a pandemia, piorou. O auxílio emergencial anterior segurou, por um tempo, a elevação da pobreza, mas houve, certamente, um atraso do governo em renovar o auxílio para este ano. Vamos lembrar que, do final de 2020 até abril, a população ficou sem o benefício justamente quando o pior da pandemia estava acontecendo. Nessa

situação, as pessoas precisaram ficar em casa, e as famílias com trabalhadores informais perderam muita renda. O quadro é, de fato, muito grave.

Por que o governo brasileiro está com tanta dificuldade em perceber o agravamento dessas questões sociais?

O governo não consegue considerar esse tema como prioritário, porque, quando olhamos as intenções, até algumas coisas começaram a ser planejadas, mesmo antes da pandemia. Em 2019, por exemplo, o governo sinalizou apoio a uma proposta de pesquisadores do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para a criação de um benefício universal infantil e, mais recentemente, se fala em um bônus para trabalhadores. Mesmo durante a campanha, tem esse fato inusitado, o plano de governo previa algum tipo de renda universal. Mas não vemos nenhuma proposição, de fato, sendo apresentada. Nenhum projeto de lei, nenhuma PEC. Existe alguma esperança, para este momento, porque, naturalmente, com esse cenário de milhões de invisíveis, eles tendem a ser muito mais visíveis nas pesquisas de opinião. Estamos na pressão de um ano pré-eleitoral, e essa situação grave pode se refletir na popularidade do governo, especialmente depois que ele perdeu uma parte de seu apoio nas classes mais altas. Existe a expectativa de que o governo apresente uma ampliação desse gasto social, que era o que o Congresso tinha tentado bastante. Tem muito projeto nesse sentido.

Até o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo crie um programa de renda mínima a partir de 2022. Esse é o caminho?

Eu acho que é um caminho. Mas, o mais importante, independentemente de que tipo de programa vai ser, se for mais focalizado ou mais universal, é ter uma fonte de financiamento. Essa é a grande discussão. Tudo bem, o STF fala que tem que ampliar o Bolsa Família ou criar um programa, mas falta todos entenderem que, para que esse programa seja, de fato, efetivo, é preciso mobilizar uma quantidade maior de recursos. O país tem condições de fazer isso. O Brasil não é um país rico, mas não é um país pobre. Só que, em um ano normal, o Bolsa Família mobiliza pouco mais de R\$ 30 bilhões por ano. Isso dá uns 2% (das despesas) do Orçamento. É muito pouco. Tem de rever gastos com o funcionalismo, tem que rever isenções tributárias. Acho que um bom programa seria da ordem de uns R\$ 100 bilhões por ano. O país tem condições de erradicar a pobreza extrema e, talvez, até erradicar a pobreza infantil. Mas é preciso diagnóstico da necessidade de aumentar o Bolsa Família e criar um programa de renda básica para suprir a necessidade de cortar em outros lugares para abastecer essa política.

Com relação ao Orçamento de 2021, que teve toda aquela confusão, o governo já não deveria ter previsto algo nesse sentido?

Haveria espaço para um programa social quando a prioridade parece ser atender emendas de parlamentares?

Acho que tinha espaço (no Orçamento) e, por isso, digo que o governo parece não priorizar isso. Dada a trajetória da popularidade do governo e o êxito do auxílio emergencial, é impressionante que isso não tenha sido considerado prioritário. Realmente, chama muita atenção. Estamos vendo um aumento grande da pobreza no país depois de termos passado por um período de redução do número de pobres no período do auxílio emergencial mais robusto. É o que estamos chamando de desigualdade em V. A desigualdade até caiu, por conta do auxílio, e, agora, está subindo. O país não consegue a recuperação do **PIB** em V, no sentido de que cai bastante e depois sobe muito, mas observamos isso nos indicadores sociais.

O fato de as eleições presidenciais estarem se aproximando favorece o lançamento de programa sociais mais robustos?

Um dos motivos de o país não ter uma política social mais consistente é que existe uma discricionariedade grande. Por exemplo, no caso do Bolsa Família, o benefício não é nem indexado à **inflação**. Portanto, em termos reais, perde valor, a não ser que o governo aja para reajustá-lo. Isso não existe, por exemplo, com outros benefícios, como o da Previdência e os trabalhistas, como seguro-desemprego, que são protegidos. De fato, podemos observar que o Bolsa Família teve valores mais altos em 2010 e em 2014. Um dos motivos para essa discricionariedade é que esse público não está protegido pela Constituição. Estamos falando de famílias mais pobres, que não têm capacidade de organização, não formam associações, sindicatos, e tem uma capacidade muito baixa de se articular pelos seus interesses, porque os valores envolvidos são muito modestos. Como alguém vai pagar advogado recebendo R\$ 80 por mês? O ideal seria um caminho, sim, de constitucionalidade, desse tipo de política. Já que o programa disputaria recursos do Orçamento com outras políticas que estão previstas na Constituição, seria natural. Algumas propostas no Congresso vão nesse caminho. E, é claro, ressaltando que é importante, além desse movimento, tentar dizer de onde virão esses recursos.

Pobre não tem lobby organizado em Brasília...Não tem. Exatamente.

O Bolsa Família já cumpriu o papel dele?

O que precisa ser feito? Ele é um modelo para um programa social mais consistente?

O Bolsa Família é um bom modelo, porque tem uma capilaridade boa e o pessoal na ponta é bem treinado e familiarizado com o programa. Acho que, ainda que mudasse de nome, ou tivesse alguma diferença, é importante que essa capilaridade fosse mantida. Mas o que é preciso mesmo é de recursos. O piso do Bolsa Família é de R\$ 40 por mês, por exemplo, no caso de uma doméstica morando com um filho com alguma renda e que não seja extremamente pobre, para os parâmetros do programa, só recebe isso por uma criança. Não é preciso pensar muito para perceber que não é uma questão de desenho, mas de valores, para termos uma situação melhor. O Bolsa Família precisa tanto de uma recomposição nos valores quanto - e, talvez, mais importante - de uma revisão dos limites de acesso ao benefício e das linhas de pobreza. A pessoa, para receber o auxílio tem que estar em uma situação muito ruim. É preciso acolher mais famílias, ainda que os valores não sejam os mesmos.

Ainda há muito preconceito com quem recebe ajuda do governo?

Mas o país tem um passivo grande para resolver, dado o nosso histórico de concentração de renda e de desigualdade...Acho que tem cada vez menos preconceito. A experiência do auxílio emergencial ajudou uma boa parte da população a perceber a importância desses benefícios. E, de certa forma meio paradoxal, a própria saída do PT do governo ajudou a legitimar um pouco, porque o programa deixou de ser contaminado pelo antipetismo. O Bolsa Família foi muito visto como um dinheiro para ajudar a conseguir eleitores. Agora, existem propostas interessantes para evitar esse estigma, dado que boa parte da população recebe algum benefício do governo, seja diretamente, como o previdenciário, seja indiretamente, como isenção do Imposto de Renda. É interessante buscar alguma forma de acolher os mais pobres que passe por algum benefício que também é recebido por famílias menos pobres. Essa, por exemplo, é a proposta do pessoal do Ipea do benefício universal infantil. Tem todo um arranjo de unificar os benefícios, inclusive, aqueles para crianças no Imposto de Renda. É um caminho.

O Brasil perdeu a luta contra a pobreza ou ainda há tempo de revertê-la?

A gente ainda não perdeu. Há tempo sim. Passamos por um período auspicioso de redução da pobreza, desde o Plano Real e nos primeiros anos do Bolsa Família. Existe tempo, e essa é uma discussão que precisa ser feita, até pelas mudanças tecnológicas atuais, que fazem com que muitas famílias não sejam

mais incluídas no modelo de proteção anterior, porque é muito baseado em emprego com carteira assinada, algo que está mudando. Vai ser importante, mesmo para as famílias que têm pessoas trabalhando, ter algum tipo de transferência que não dependa da contribuição direta e do vínculo com o patrão. Um benefício como o Bolsa Família é um caminho importante. Estamos vendo que muitos países estão discutindo isso. Até mesmo os Estados Unidos, o que era uma coisa até pouco tempo impensável para um país com tradição tão liberal pensar nesse tipo de política. Existe esperança de que, nessa legislatura ou na próxima, o país consiga fazer uma transformação mais importante para voltar àquela trajetória de redução da pobreza que o país vivia.

O salário mínimo sempre foi visto como importante instrumento de distribuição de renda, com correção acima da **inflação**. Mas o ministro Paulo Guedes critica muito o mínimo e diz que atrapalha a entrada de jovens no mercado de trabalho. Como o senhor avalia a questão?

De fato, quando olhamos os dados, efetivamente, o beneficiário do salário mínimo migrou, na distribuição de renda, para grupos mais intermediários. Não quer dizer que quem o recebe é rico, de forma alguma. Mas quem recebe um salário mínimo no Brasil atual não é mais a pessoa que está na pior situação. É meio dramático dizer isso, mas é porque essa pessoa, pelo menos, tem um emprego. Existe a preocupação de quem ficou para trás e que nem o salário mínimo consegue receber. De fato, com uma situação de um Orçamento apertado e com uma disputa de recursos muito dura, o Bolsa Família sai na frente em relação à possibilidade que tem, principalmente, para reduzir a pobreza extrema. Talvez, para o público do salário mínimo, seja mais interessante o abono salarial, alguma outra política que não afete a empregabilidade, que é uma preocupação que o Paulo Guedes tem, por exemplo, mas que o Lula externou no passado, em relação à legislação trabalhista para os jovens. Mesmo um governo de esquerda, assumindo a partir das eleições do ano que vem, vai ter dificuldade para retomar o ritmo de valorização do salário mínimo diante da situação fiscal e do desemprego alto. O caminho passa mesmo por uma valorização do Bolsa Família e menos pelo salário mínimo.

Qual é o caminho para o país acelerar o processo de redução da pobreza?

É a educação?

Acho que são duas coisas. É muito importante a transferência de renda, principalmente para aquelas famílias com dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Agora, a longo prazo, certamente, passa pela

educação, desde a primeira infância. Existe uma atenção grande da ciência, modernamente, para essa fase de desenvolvimento. Não é algo que era tão importante no passado, mas, agora, existem políticas sendo desenvolvidas para creches, para transferência de renda para famílias com crianças de até seis anos, que é considerado um período voltado para a formação do cérebro e das habilidades cognitivas. Sem dúvida, a educação é um caminho para o desenvolvimento de longo prazo, inclusive, para o filho do porteiro.

O modelo de educação que temos não é exclusivo?

Não sou especialista em educação. O que mais me preocupa em relação à educação agora é, de novo, essa questão da primeira infância. Temos um sistema de creche ainda muito incipiente. Existe pouca mobilização da sociedade nesse sentido e poucos lobbies. Há algumas experiências interessantes, como o Criança Feliz, com visita domiciliar para ensinar uma mãe como estimular o filho e como olhar para ele. Existem programas bem-sucedidos no Ceará, mas é preciso, em larga escala, olhar para essa fase da vida. Porque os estudos têm mostrado que é mais difícil recuperar depois. Se tem escola boa ou se, em políticas para o mercado de trabalho, não vai ser tão simples se a situação de um cidadão que perdeu a primeira infância num ambiente muito estressante, num ambiente de miséria e num ambiente sem acesso à água limpa. É muito difícil para o cérebro dele recuperar esse período. Em termos de educação, essa é a grande questão para discutirmos: a ênfase na primeira infância. Ela passa pela educação, pela ênfase num sistema de creches, que está muito longe de ser universal.

E onde entra o crescimento econômico?

O Brasil não cresce, praticamente, há 15 anos, na média.

O crescimento é muito importante, principalmente para o país ter capacidade de financiar políticas. Mas tem uma questão interessante num país que é tão desigual: se olharmos muito para **PIB**, a gente periga não olhar para os mais pobres. Se o **PIB** é uma média sobre todas as rendas, a variação da renda do pobre, como é bem menor, vai contar pouco. Podemos correr o risco de não perceber que a situação dos mais pobres não está melhorando, mas os mais ricos estão vivendo melhor, e, como a renda dele é maior, o **PIB** pode parecer crescer. Hoje em dia, realmente, o mais preocupante é o desemprego. Ainda mais depois dessa crise que atingiu as famílias de forma tão desigual. O **PIB**, talvez, já não seja a melhor métrica para analisar o país.

Dado o contexto do país, o que deve ser focado pelo governo para conter esse aumento da pobreza? O que é prioritário?

O prioritário é construir uma ampliação dessa rede de proteção social, seja pelo Bolsa Família, seja por outro programa. E é prioritário arrumar os recursos para isso. Acho que é importante que o governo consiga pautar outras reformas, como, por exemplo, a administrativa e a tributária. Tem que tentar discutir a questão social com outras agendas para mobilizar os recursos. Todo mundo é a favor de ampliar a transferência de dinheiro para os mais pobres, mas, na hora de escolher quem vai pagar, fica mais difícil. Essa é uma discussão central. E, nesse contexto da pandemia, é uma grande oportunidade para discutir isso. Talvez, em um outro momento mais calmo, não seja tão fácil. É uma grande oportunidade, como os Estados Unidos estão tentando fazer.

A política do presidente Joe Biden (EUA) agora é de mais Estado, enquanto o Brasil fala de menos Estado. O país parece que vai sempre na onda contrária...Parece.

O senhor acompanhou de perto a reforma da Previdência. Os ganhos esperados vieram?

No fim de 2019, o país passou por uma redução dos juros e do risco país, que acompanhava o êxito da reforma da Previdência. Mas a reforma foi praticamente promulgada, ao que parece, no momento em que o vírus nascia, em novembro de 2019. O consenso é de que a reforma ajudou muito a financiar o auxílio emergencial e a resposta à pandemia. O país chegou a uma situação fiscal que não teve nos últimos anos. Mas não vamos colher os benefícios de médio e longo prazos, muito embora se ficasse naquela economia de R\$ 1 trilhão. Podemos achar que o efeito já foi todo consumido durante a pandemia, mas estaríamos em uma situação mais adversa se não tivéssemos feito aquela mudança da Previdência.

Com a pandemia, há uma queda grande na expectativa de vida do brasileiro. Que impacto isso tem nas políticas públicas?

Essa queda, ao que parece, vai ser conjuntural. Há uma expectativa de que, em algum momento, haverá a vacinação e o controle dessa doença. A curto prazo, a queda na expectativa de vida vai afetar, principalmente, a concessão das aposentadorias. Aquelas que são calculadas pelo fator previdenciário vão acabar aumentando. Será algo inédito. O fator previdenciário vinha sempre aumentando por conta da expectativa de vida maior (reduzindo o contracheque dos aposentados). Agora, o fator vai diminuir temporariamente (elevando o valor a ser pago). Mas,

eu acho que, de forma permanente, não tende a ter nenhum impacto relevante, pois estou supondo que a doença vai ser, eventualmente, controlada.

Se isso não acontecer, é possível ter ciclos de redução da expectativa de vida?

Sim, pode. Tem uma janela de curto prazo. Alguns estados já estão reportando aumento nas taxas de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), que é pago na ocasião da herança. Mas, a longo prazo, talvez, o principal impacto da pandemia para as políticas públicas seja na educação. Muita criança ficou sem estudar direito, e isso vai gerar sequelas. O país já tinha grandes desafios de melhorar a educação, de fazer os recursos investidos serem traduzidos em indicadores de provas de proficiência, em salários melhores, em produtividade. Esse desafio fica ainda maior agora. Vamos ter que discutir muito a qualidade da educação nos próximos anos, até por uma questão de transição demográfica. A partir do momento em que teremos menos jovens, será preciso que eles sejam mais qualificados para sustentar a economia do país.

Mas como a redução da expectativa de vida da população impacta a aposentadoria?

Quando esse impacto ficará evidente? Pode ser a partir do ano que vem? A redução da expectativa aumenta o valor de novas aposentadorias. Esse será o caso daquelas que são calculadas pelo fator previdenciário. Desde que ele foi implementado, houve uma tendência do fator ser maior a cada ano, porque a expectativa de vida subia. A lógica era de que o recebimento da aposentadoria se daria por mais tempo, então, haveria um ajuste (para baixo) no valor. Com a pandemia, devemos observar queda na expectativa de vida em 2020 e 2021. Isso deve afetar o fator previdenciário em 2022 e em 2023, quando as aposentadorias concedidas devem ser maiores. Quem estiver sujeito à regra do fator e puder adiar a aposentadoria, pode se interessar em esperar até esses anos. De forma geral, a pandemia se reflete na Previdência. Há uma queda do número de aposentadorias já concedidas, mas um aumento do número de pensões por morte, e, a médio prazo, de benefícios como a aposentadoria por invalidez. Há um reflexo também na arrecadação, já que, com mais pessoas desempregadas, há menos contribuintes. No caso dos benefícios assistenciais, podemos imaginar, talvez, mais concessões do BPC (Benefício de Prestação Continuada), já que as famílias empobreceram e seus idosos poderiam acessar o benefício.

Dá para as gerações futuras terem otimismo no Brasil? O país sempre foi o país do futuro, mas ele nunca

chega.

Tem um prêmio Nobel de Economia que, na verdade, é psicólogo, o Daniel Kahneman. Ele tem uma frase em um dos livros dele marcante, que é algo assim: ser pessimista não é ser inteligente, porque você vai sofrer duas vezes. Portanto, se ele pudesse ensinar alguma coisa para as pessoas, seria que elas fossem mais felizes e otimistas. Quando a situação ruim de fato acontecer, pelo menos não sofreu antes. É importante manter a esperança no Brasil. Conquistamos muitas coisas ao longo dos últimos 30 anos, e o país tem tudo para se livrar das mazelas que ainda nos aflige.

Apreendeu com nossos fracassos?

Acho que é melhor fazer essa questão para responder depois da eleição do ano que vem e ver como é que o país vai lidar com esse legado da gestão da pandemia. Já estamos começando a tratar disso na própria CPI da Covid, no Senado, onde se avalia o que está acontecendo com o Brasil.

# ONU pede que Colômbia explique corte da internet

A ONU pediu ontem explicações ao governo do presidente Iván Duque sobre os relatos de corte no acesso à internet em Cali, o epicentro das manifestações que tomam a Colômbia desde 28 de abril e deixaram ao menos 27 mortos, incluindo um policial, segundo dados oficiais. O Papa Francisco também expressou sua preocupação com as "tensões e enfrentamentos violentos" no país. Organizações de direitos humanos estimam que a cifra de mortos seja maior do que a oficial. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (Indepaz) contabiliza 47 mortes e afirma que a maior parte delas teria sido causada por policiais do Esquadrão Móvel da Polícia Antimotim (Esmad). Outra organização não governamental, a Temblores, contabiliza 963 prisões arbitrárias.

As organizações denunciam ainda o uso de táticas de repressão que incluem tiros com arma de fogo diretamente contra manifestantes, corte de energia elétrica e helicópteros que jogam gás lacrimogêneo sobre casas e pontos comerciais.

O relator especial da ONU para Liberdade de Associação e Manifestações Pacíficas, Clement Voule, citou relatos dos cortes no acesso à internet em Cali, o que viola a lei internacional e é "inaceitável em uma sociedade democrática", disse. "Apelo às autoridades colombianas para que divulguem informações sobre esse incidente e não imponham mais bloqueios à internet durante protestos", afirmou.

Os protestos começaram em reação a uma proposta de **reforma tributária** -que Duque tirou do Congresso e prometeu mudar - e acabaram catalisando outras demandas, relacionadas à desigualdade e à violência das forças policiais.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Tramitação e formato da reforma tributária serão definidos nesta semana, diz Lira

Por Eduardo Simões

(Reuters) - A tramitação e o formato da **reforma tributária** devem ser definidos nesta semana, disse o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), nesta segunda-feira, em publicação em sua conta no Twitter, acrescentando que a Casa avançará com a proposta sem preocupar-se com sua paternidade.

Vamos avançar com a **reforma tributária** sem nos preocupar com a paternidade do projeto. Esta semana devemos definir a tramitação, o formato. Temos aí duas reformas, a que envolve renda e a de consumo. Daremos um passo esta semana para fazermos a reforma de maneira ordenada, escreveu o presidente da Câmara.

Na semana passada, Lira extinguiu a comissão mista da **reforma tributária** por recomendação de parecer técnico devido ao término de prazo regimental, mas prometeu buscar a melhor forma de aprovar a reformulação possível do sistema de **tributos e impostos** do país no prazo mais rápido.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2021/05/10/tramitacao-e-formato-da-reforma-tributaria-serao-definidos-nesta-semana-diz-lira.htm>

## Retomada desigual (3)

Com os resultados da indústria e do varejo relativos a março, vai se revelando um impacto menor que o esperado do agravamento da pandemia na atividade econômica. Tal como na Europa, a segunda onda de contágio no Brasil, trágica em casos e mortes, afetou menos a dinâmica de produção e consumo.

A expectativa de queda acentuada do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre já se converte na possibilidade de modesto crescimento. A julgar pelos índices de mobilidade ao longo de abril, o restante do primeiro semestre também pode ser de retomada.

As razões passam por um certo aprendizado na manutenção de atividades durante as medidas de distanciamento. Como houve pouca recuperação dos setores mais afetados, como turismo e serviços, há pouco a retroceder agora.

Outro fenômeno importante é a mudança no padrão de demanda em favor de matérias-primas e bens, o que sustenta o agronegócio, a indústria e serviços associados. Mesmo com a queda de 2,4% em março, ante o mês anterior, o nível da produção se manteve 10,5% acima de março do ano passado.

É notável a retomada de setores mais formalizados, como mostra a criação de 837 mil vagas com carteira no primeiro trimestre.

A arrecadação de **impostos**, muito ancorada nestes segmentos, também apresenta dinâmica surpreendente -a coleta de **tributos** subiu 5,6% no primeiro trimestre, já descontada a **inflação**, em relação ao mesmo período de 2020.

Com o avanço da vacinação, apesar de toda a incompetência do governo, há possibilidade de que as atividades ainda deprimidas tenham melhor desempenho na segunda metade do ano.

Como a base do ano passado é débil, apenas a manutenção do nível de atividade do fim de 2020 já garantiria expansão do **PIB** de 3,6%. Os dados recentes sugerem a possibilidade de um número maior.

O risco de uma terceira onda de contágio existe, ainda mais pela abertura talvez prematura nas últimas semanas, mas o padrão observado até aqui sugere que a economia pode continuar crescendo.

Nem tudo são notícias alvissareiras, contudo. O

padrão da retomada é problemático, porque não abarca os empregos informais. Permanece a perspectiva de que a melhora não levará a uma queda célere do desemprego e será insuficiente para reverter a tendência de aumento da desigualdade. A pobreza permanecerá em pauta.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49523>

# Governos deveriam ampliar apoio a comércio e serviços atingidos pela crise (3)

A crise nos setores de comércio e serviços, atingido em cheio pelos efeitos da pandemia, tem levado governos a anunciar diversos programas de ajuda. A última iniciativa no Brasil, promulgada com uma série de vetos pelo presidente Jair Bolsonaro, se destinou a dar alívio ao setor de eventos. No caso específico do comércio, atingido por um movimento de abre e fecha imprevisível, as medidas do governo se mostram insuficientes, por isso os empresários continuam a se queixar.

Não é sensata, em plena pandemia, a reivindicação para que as lojas possam voltar a operar plenamente sem nenhum tipo de cuidado. Enquanto os patamares de mortos e infectados continuarem elevados, não será possível relaxar. Em algumas cidades, lockdowns ainda podem ser necessários para evitar que os hospitais cheguem a uma situação crítica. A população precisa continuar a tomar todos os cuidados preventivos, como uso de máscaras, higiene nas mãos e evitar as aglomerações, frequentes em centros comerciais e outros estabelecimentos.

Por isso mesmo, o governo não deve deixar de tomar novas medidas que ajudem esses empresários, muitos de pequeno porte e com dificuldades de acesso à rede bancária. É evidente que as empresas têm razão em se queixar da falta de apoio. Quase 60 entidades representando bares, restaurantes, hotéis, entre outros segmentos do setor de serviços, acabam de publicar um **comunicado** que deixa claros os motivos.

Mesmo tendo adotado protocolos e ações para evitar aglomerações, seus estabelecimentos foram proibidos de abrir por seis meses ao todo. Reclamam da falta de critérios transparentes na aplicação dos lockdowns, que as leva a operar com menos de 50% da capacidade na maioria das cidades. Com razão, afirmam que, se o governo tivesse comprado vacinas no ano passado, a situação estaria "caminhando para a normalidade". É fato, tanto que existe uma CPI para investigar essa e outras falhas e omissões do governo.

Donos de botequins, uma das tradições cariocas, já não conseguem voltar aos bancos porque estão inadimplentes. Os que não fecharam se endividam como pessoas físicas. De acordo com a Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel) de São Paulo, na cidade foram fechados 12 mil estabelecimentos, enquanto no Rio 3 mil pontos estão de portas

cerradas. No país, foi demitido algo como 1 milhão de pessoas no setor.

E necessário que o poder público amplie o leque de ações para conter essa quebra-de-cabeça e com rapidez. A nova versão do Pronampe, programa de auxílio a pequenas e microempresas, só agora foi aprovada na Câmara e ainda precisa ir ao Senado. Isenção ou corte de **impostos** é outro apoio a considerar, bem como programas de renegociação de dívidas com o Fisco (Refis).

Compreende-se a situação fiscal crítica de estados e municípios. Mas governadores e prefeitos também precisam ter consciência de que, sem ajuda tributária, setores que outrora foram importantes fontes de arrecadação sairão tão avariados da crise que poderão deixar de contribuir como antes.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Venda da Eletrobras será grande teste para Bolsonaro (3)

O Brasil foi o país que mais vendeu empresas estatais nas últimas três décadas. Estima-se que, desde a primeira privatização - a da Usiminas, em 1991 -, o setor público como um todo tenha arrecadado o equivalente a US\$ 150 bilhões (cerca de R\$ 800 bilhões, de acordo com a taxa de câmbio de sexta-feira). O montante considera o que foi apurado na venda direta de companhias, bem como nos valores de outorga obtidos nas concessões de serviços públicos a empresas privadas.

É possível dividir as privatizações no país em três fases. A primeira, entre 1990 e 1994, se deu durante os governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), quando foi lançado o Programa Nacional de Desestatização (PND). Naquela época, para colocar uma estatal na lista de privatização, bastava ao presidente da República assinar decreto para incluir a empresa no PND, ressalvados os casos em que a Constituição ou outras leis vetem a venda de ativos específicos.

A segunda fase das desestatizações foi iniciada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, em especial com a regulamentação do Artigo 175 da Constituição. Este dispositivo permitiu que as privatizações alcançassem os setores de serviços e infraestrutura - até então, o governo vinha alienando empresas que produziam matérias-primas e bens intermediários, por exemplo, nos setores petroquímico e siderúrgico.

A terceira etapa das privatizações foi de 2003 a 2015, durante os governos Lula e Dilma. Foi o período de menor atividade nessa área, quando houve menos pragmatismo e um viés mais ideológico. Naquele período, o papel do Estado como provedor de bens voltou a ser considerado. Nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), privatizou-se menos ainda do que nos cinco anos e cinco meses de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016).

É verdade, como diz Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho em capítulo do livro "A Reforma do Estado Brasileiro" (Atlas, 2020), organizado pelo economista Fabio Giambiagi, que, apesar da opção mais intervencionista, foi em 2004, durante a gestão Lula, que se aprovou a lei das Parcerias Público Privadas (PPPs), o que muitos consideraram um novo modelo

de relacionamento do Estado com os investimentos privados. Dilma Rousseff, por sua vez, começou a privatizar aeroportos federais, iniciativa rejeitada por Lula em seu segundo mandato.

Entre 1990 e 2015, o resultado das privatizações atingiu US\$ 106 bilhões, incluindo os âmbitos federal e estadual - e não apenas com as receitas advindas da venda dos ativos, mas também com as dívidas transferidas aos compradores. Foram alienadas 72 participações entre empresas controladas (32), participações minoritárias (26), concessões (7) e arrendamentos (7), sem contar toda a venda do Sistema Telebrás, as outorgas de concessões de aproveitamentos hidroelétricos, linhas de transmissão, rodovias federais e aeroportos.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a Brasília com o discurso de que seu governo seria o mais liberal já visto na história do país. Em dois anos e quase quatro meses de gestão, porém, o que se viu foi a venda de apenas três estatais - a TAG (por R\$ 33,5 bilhões), a BR Distribuidora (R\$ 9,6 bilhões) e a Refinaria Landulpho Alves (R\$ 8,8 bilhões). As três operações, todavia, faziam parte da política de desinvestimento que a Petrobras começou a colocar em prática no início de 2015, ainda na gestão Dilma, e que depois tomou corpo durante o governo Michel **Temer** (2016-2018).

O grande teste de Bolsonaro será a venda da Eletrobras, holding que detém o controle acionário das estatais federais de energia elétrica. Na semana passada, técnicos do governo calcularam que todo o processo de venda da empresa - outorga, fatia da União no capital da companhia e venda subsequente de ações no mercado secundário - pode gerar R\$ 100 bilhões. A privatização da estatal ainda precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, em votação de medida provisória enviada pelo governo no fim de fevereiro.

As privatizações se justificam por pelo menos duas razões. A primeira é que, passando a atuar num ambiente privado, as empresas têm incentivo para se tornarem muito mais eficientes do que são hoje. Isso aumenta o faturamento e o lucro e, portanto, a arrecadação de **tributos**.

Além disso, mais eficientes, as ex-estatais ajudam a

aumentar a produtividade da economia e, assim, a capacidade do país de crescer a taxas mais altas sem provocar inflação.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1)**

# Alíquota zero de IOF na pandemia - OPINIÃO JURÍDICA

**Diego Miguita e Diogo Olm Ferreira são, respectivamente, mestrando em Direito Tributário pela USP, com MBA em Gestão Tributária pela Fipecafi, e sócio de VBSO Advogados; e mestrando em Direito Tributário pela USP e advogado de VBSO Advogados.**

Em meio às primeiras medidas tributárias tomadas no âmbito federal com relação à pandemia, o Decreto nº 10.305/2020 reduziu a zero a alíquota do IOF incidente sobre operações de crédito "contratadas" entre 3 de abril e 3 de julho de 2020. Após sucessivas alterações regulamentares, tal redução beneficiou operações "contratadas" entre 3 de abril e 26 de novembro, bem como entre 15 de dezembro e 31 de dezembro de 2020. Afinal, o que deve ser compreendida como operação "contratada" para fins de aplicação da alíquota zero do IOF? A assinatura do contrato ou a disponibilização dos recursos?

Embora medida importante para atenuar alguns dos impactos econômicos da pandemia, o emprego do termo "contratada" implicou dúvidas e tratamentos não uniformes por instituições financeiras, responsáveis pela retenção de eventual IOF devido na operação de crédito.

A nosso ver, existem duas formas de compreender esse tema, ambas igualmente válidas e não excludentes entre si, ainda que conduzam a efeitos práticos distintos. A primeira associa "contratação" à data de assinatura do respectivo instrumento contratual. A segunda, por sua vez, relaciona "contratação" à efetiva disponibilização dos recursos (operação de crédito propriamente dita).

Na primeira abordagem, o benefício da alíquota zero de IOF seria aplicável a qualquer operação de crédito cujo contrato que a respalda tenha sido assinado entre as datas mencionadas acima. Por consequência, um contrato assinado em outubro de 2020, por exemplo, atrairia a aplicação de alíquota zero ainda que os recursos sejam transferidos disponibilizados ao tomador apenas em 2021.

O descasamento entre a data de abertura do crédito e a da operação de crédito em si pode ocorrer por inúmeras razões, como, por exemplo, a necessidade de cumprimento de condições suspensivas estabelecidas pela instituição financeira. Em outras palavras, o contrato assinado disciplina os períodos

em que recursos serão liberados, mas não configura, por si só, operação de crédito. Isso não significa que, incentivados pela redução a zero da alíquota do IOF, tenha o tomador decidido pela contratação da operação de crédito que ainda será materializada.

Não há dúvida que a mera abertura de linha de crédito não dispara a incidência do IOF, que somente será devido na entrega ou disponibilização dos recursos ao tomador. Do ponto de vista jurídico, não poderia ser diferente: o contrato de mútuo ostenta natureza real, ou seja, depende da entrega da coisa mutuada para se aperfeiçoar. A relação jurídica subjacente ao crédito depende de algo além da mera assinatura: a própria transferência dos recursos financeiros.

Qual a implicação prática dessa segunda abordagem? O fato de um contrato de abertura de crédito ter sido assinado antes de abril de 2020, por exemplo, não seria relevante para definir a alíquota de IOF aplicável. Seria necessário verificar quando cada parcela dos recursos foi efetivamente liberada; as liberações que tiverem ocorrido no período mencionado acima caracterizariam operação de crédito sujeita à alíquota zero do imposto. Nesse sentido, ainda que um contrato fosse assinado, por exemplo, em 2019, o benefício não seria afastado em relação aos mútuos concretizados entre 3 de abril e 26 de novembro ou entre 15 de dezembro e 31 de dezembro de 2020. Tanto é assim que a regulamentação previa a aplicação do benefício aos casos de prorrogação, renovação, novação, composição, consolidação, confissão de dívida, ou até mesmo para saldos devedores em aberto nos períodos incentivados.

No entanto, essas considerações não parecem comprometer, por completo, a primeira abordagem, de que a aplicação da alíquota zero depende da data da assinatura do instrumento contratual, por duas razões principais. A primeira delas, porque há evidências, na legislação do IOF, da utilização do termo "contratada" como sinônimo de estabelecimento das condições que regerão a relação creditícia, bastando, para tanto, o acordo de vontades manifestado pela assinatura das partes no contrato preliminar.

A segunda delas, a finalidade da redução da alíquota no contexto da pandemia do covid-19 e a motivação precípua de contratação de operações com a finalidade de captação de recursos para lidar com o

enfrentamento das consequências econômicas negativas que perduram e aumentam a cada dia. Com isso, seria igualmente válido sustentar que a aplicação da alíquota zero não depende exclusivamente da disponibilização dos recursos entre 3 de abril e 26 de novembro ou entre 15 de dezembro e 31 de dezembro de 2020, sendo suficiente que o respectivo contrato tenha sido assinado em tais períodos.

Mesmo decorrendo das sutilezas de um termo, o desafio existe: as previsões incluídas no Regulamento do IOF não são precisas e parecem conduzir a duas abordagens bem distintas, ainda que ambas pareçam sustentáveis. E não parece haver saída simples nem mesmo pela famigerada "interpretação literal" do artigo 111 do Código Tributário Nacional (CTN), que, ao contrário, confirmaria a validade de ambas as abordagens mencionadas.

O barateamento do crédito em meio à pandemia é iniciativa louvável, e a sua finalidade deve orientar a interpretação que conclua pela aplicação da alíquota zero tanto aos contratos assinados quanto às operações de crédito propriamente ditas que tenham ocorrido no período incentivado. É a única leitura que nos parece fazer sentido para além da filigrana gramatical: prestigia a finalidade do incentivo e a leitura sistemática da **legislação tributária** relacionada ao IOF, daí porque deve ser suficiente, inclusive, à recuperação de eventual tributo indevidamente retido.

Diego Miguita e Diogo Olm Ferreira são, respectivamente, mestrando em Direito Tributário pela USP, com MBA em Gestão Tributária pela Fipecafi, e sócio de VBSO Advogados; e mestrando em Direito Tributário pela USP e advogado de VBSO Advogados.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186852](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186852)

# Nas redes, aumenta a rejeição ao presidente

A popularidade de Jair Bolsonaro vem despencando desde meados de março, com o recrudescimento dos casos de covid-19 e o registro de mais de 420 mil óbitos de brasileiros, somado à falta de celeridade na imunização da população. A rejeição à gestão do presidente está se consolidando nas mídias, conforme demonstra o levantamento da Inteligência Artificial ModalMais/AP Exata. De 26 a 30 de abril, o percentual de pessoas que avaliavam a gestão como ruim ou péssima foi de 47,8%. As que achavam o governo bom ou ótimo, eram 27,9%, e 24,4% o consideravam como regular.

De 3 a 7 deste mês, a popularidade do governo teve uma ligeira recuperação. A parcela que caracteriza o governo ruim foi para 45,9%, outras 29,0% julgaram bom/ótimo e 25,1%, regular. O volume de menções negativas continua acima dos 60%.

Um fator que chamou a atenção, segundo a pesquisa, foi que, na semana passada, a queda abrupta de menções positivas coincidiu com a morte do humorista Paulo Gustavo de covid-19, no último dia 4. As mensagens da família Bolsonaro lamentando o caso apenas aumentaram a rejeição.

A tristeza é o principal sentimento associado às publicações que comentam a atuação do presidente no Twitter, no Instagram e no YouTube, seguidos de medo, raiva e confiança.

Sergio Denicoli, diretor de Big Data da AP Exata Inteligência em Comunicação Digital, explica que o presidente sofreu uma queda acentuada em 2021 e que, além da pandemia e da troca frequente de ministros na Saúde, a **inflação** e a pobreza estão irritando o brasileiro.

"No combate à pandemia, (Bolsonaro) tentou culpar governadores, e essa narrativa acabou ficando restrita à bolha de apoiadores, mas não tem funcionado para agregar valores para o governo", destacou.

Base coesa

O cientista político Ricardo Ismael, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), apontou que, em comparação com 2018, o presidente perdeu capital político, mas ainda conta com uma base resiliente e coesa. "Ele tem um grupo fiel, que faz barulho. São pessoas que estão sempre ativas nas redes sociais. No caso da CPI, vemos que a militância está tentando desacreditar a CPI da Covid",

argumentou.

Na avaliação do cientista político Murillo Aragão, da Arko Advice Pesquisas, o fenômeno da rede social nas eleições sofreu desgastes. "Tem mais políticos sabendo usar. A vantagem para ele foi ter antecipado o início da eleição em 2018", explicou.

Segundo Frederico Bertholini, professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB), a pandemia impulsionou a diminuição da aprovação entre os grupos mais necessitados, que já sentiam os impactos das falhas de medidas econômicas de Bolsonaro antes. "A pandemia teve impacto negativo para todo mundo, mas, especialmente, com a estratégia adotada pelo governo, a nossa recuperação se tornou mais lenta de forma geral", observou. (IS com Gabriela Bernardes, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)

# O Estado contra os brasileiros - ROBERTO BRANT

**ROBERTO BRANT**

Tenho lembrado, sempre, que o Brasil, durante a maior parte do século XX, viveu um crescimento rápido e duradouro da sua renda por habitante, renunciando que, em breve, chegaria ao restrito clube dos países avançados. De repente, logo a partir dos anos 1980, essa trajetória virtuosa foi interrompida e, a partir daí, pelos 40 anos seguintes, passamos a crescer sempre abaixo dos países ricos, tornando cada vez maior a distância entre nossas economias.

A diferença entre o nosso crescimento e o das nações mais avançadas não foi, seguramente, obra da natureza. Pelo contrário: nossa disponibilidade de recursos é muito maior hoje do que era naqueles tempos dourados. Nos anos de maior crescimento do Brasil, entre 1940 e 1980, nossa produção de alimentos era insuficiente para abastecer o mercado doméstico e, muitas vezes, tivemos que recorrer a importações ou racionamento para contornar a escassez. A dependência de petróleo trazido de fora consumia nossa limitada capacidade para importar, enquanto hoje passamos a exportadores e acumulamos mais de US\$ 350 bilhões de reservas cambiais. Nossa falta de crescimento é obra de nós mesmos, não um destino que nos foi imposto.

Há muito o crescimento econômico deixou de ser a principal pauta dos governos. Em uma época, a escassez de dólares e a limitação da capacidade de importar impuseram restrições reais ao crescimento. Em outros momentos, vivemos uma **inflação** sem controle. Superados esses obstáculos, as políticas de crescimento teriam que ocupar o centro da agenda governamental. Que isso não tenha ocorrido e que o tema permaneça ausente do debate público é um sinal de que a apatia tomou conta da nossa vida política.

Cinquenta milhões de brasileiros vivem hoje com uma renda inferior a R\$ 420 por mês. Basta um voo de helicóptero sobre as nossas principais metrópoles para avaliarmos a extensão das feridas da pobreza na carne de nossas cidades. Se olhamos para o futuro, só vemos uma névoa encobrindo o destino da maioria dos nossos jovens, sem preparo nem formação para crescer em um mundo cada vez mais exigente e sofisticado.

Apesar de tudo isso, nossas elites econômicas estão

sempre mobilizadas para impedir que o Estado brasileiro lidere qualquer projeto de desenvolvimento. Quem insiste na ideia de que, sem o Estado, o baixo crescimento se perpetuará é logo desqualificado como desenvolvimentista ou irresponsável, o que afasta do debate as pessoas mais sensíveis.

Estamos mergulhados numa grande confusão institucional. O Parlamento vive ocupado com temas de interesse restrito. O Judiciário está cada vez mais disposto a invadir todas as esferas da vida e do Estado, enquanto o governo pensa apenas em sobreviver, sem nenhum objetivo transformador no horizonte. Nesse ambiente confuso, grupos capturam progressivamente certas instituições do Estado para impor sua visão ou sem interesses.

Merece especial atenção a influência do mercado financeiro. O crescimento econômico é sempre um processo que provoca distúrbios, deslocamentos e mudanças nas posições relativas dos grupos sociais e dos agentes econômicos. É, basicamente, uma aposta dos que estão perdendo em consequência do contrato social vigente. O mercado financeiro prefere a estabilidade à mudança, e o crescimento é um risco que é melhor não correr.

Agora mesmo, o mundo das finanças está vencendo mais uma batalha. Apesar do crescimento baixo, do desemprego elevado, da insolvência de largos segmentos produtivos, o Banco Central está aumentando os juros para combater uma hipótese de **inflação**. O efeito sobre a **inflação** será nulo, mas o crédito se tornará mais caro, e os custos da dívida pública se elevarão. A renda adicional vai para o bolso de uma minoria.

O resultado será menos investimento público e privado e mais recessão econômica. O conjunto da sociedade será punido, e o crescimento se tornará um objetivo cada vez mais distante. Essa é a lógica de funcionamento de um Estado que não está mais a serviço da sociedade e das pessoas.

# Crise da covid-19 tira 6,6 milhões de mulheres do emprego (Espaço do Leitor)

"Com este governo, vai ser isso para pior."

Geraldo Moreira

"A economia a gente vê depois... Tá aí o resultado."

Vitor Bleme

"Resultado do bolzonarismo em dois anos. Se ficar mais seis, vira uma Venezuela. É só olhar a **inflação**, que caminha a passos largos para aos mais de 200% ao ano."

Neielson

"Lembrando que Bolsonaro defende que mulheres ganhem menos que os homens porque engravidam"

Reynaldo Lara

"O PT foi o patrono disso 16 anos roubando e extorquindo o Brasil e agora se diz o Salvador?"

Paulo Ferreira

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Commodities em alta dão impulso extra à balança



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Fernando Honorato: efeito é positivo, mas insuficiente para virada na atividade  
**Marta Watanabe e Anais Fernandes**

A alta surpreendente das commodities abriu espaço para projeções de superávit recorde de balança comercial brasileira e termos de troca superiores aos de 2011, no auge do que foi chamado de superciclo desses ativos. O cenário de bonança promovido pelo impulso externo pode ampliar de perto de 40% em 2020 para cerca de 45% neste ano a participação das cadeias de commodities no Produto Interno Bruto (**PIB**), considerando desde extração e produção até exportação e serviços finais.

Segundo analistas, porém, a retomada da economia brasileira como um todo em 2021 ainda depende de fatores domésticos, como o ritmo de vacinação, com uma superação da pandemia que torne possível reduzir restrições e elevar a renda disponível. No cenário, ainda causam certa preocupação a **inflação** impulsionada pelo câmbio, apesar da recente valorização do real, e o quadro fiscal, considerado não resolvido por completo.

O novo ciclo de commodities, diz Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, deve perdurar ainda por algum tempo. Nos próximos 12 a 18 meses, a esperada reabertura do mundo com a vacinação e o pacote fiscal dos Estados Unidos é o que deve impulsionar a demanda. O pacote de US\$ 6 trilhões do presidente americano, Joe Biden, na infraestrutura,

deve ter impacto altamente poupador de petróleo e investidor em novas tecnologias, o que aumenta a demanda por commodities metálicas, aponta Honorato. "O minério de ferro superou os US\$ 200 a tonelada não somente pelo ciclo de curto prazo, mas talvez haja uma antecipação a essa economia verde que Biden pretende construir."

O crescimento simultâneo de China e EUA reforça uma demanda global mais aquecida e commodities em alta talvez até um pouco além do previsto, diz a economista-chefe do Banco Itaú, Rafaela Vitória. "Achávamos que já poderíamos estar no pico e que essa expectativa de crescimento já estaria precificada, mas essa última "pernada" pode indicar avanço até um pouco mais robusto", afirma.

Para o Brasil, isso significa termos de troca (relação entre preços de exportação e de importação) melhores e balança comercial ainda mais positiva em 2021, com saldo de US\$ 74 bilhões, projeta o Itaú, ante US\$ 51 bilhões em 2020.

Em abril, os termos de troca ficaram 10,7% acima de fevereiro de 2011, ano do auge do superciclo de commodities, segundo dados do Bradesco. Também no mês passado, a exportação e o superávit bateram recorde da série histórica desde 1997 do governo federal, que projeta superávit de US\$ 89,4 bilhões para este ano. O recorde anual hoje é de US\$ 67 bilhões.

Embora a demanda global seja um "vento a favor" da atividade no país, a apreensão em relação à retomada na segunda metade do ano persiste, porque está mais atrelada a fatores locais, como a evolução da pandemia e o ritmo de vacinação, avalia Maurício Une, economista-chefe para América do Sul do Rabobank. E, por mais que a imunização avance e uma maior mobilidade seja possível, "a sensação é de que vamos continuar vendo muitos setores retomando com o freio de mão puxado", diz ele, prevendo alta ao redor de 3% no **PIB** de 2021 e um superávit de US\$ 71 bilhões na balança.

Para Honorato, o novo ciclo já tem contribuído para elevar renda nos locais produtores de commodities. Um estudo do banco, diz, mostra que a taxa de geração de postos de trabalho nos municípios com maior participação de commodities no estoque de

empregos é duas vezes maior em relação aos demais locais. "Isso começou a aparecer, mas essa renda não se multiplicou pela economia. Ainda há benefícios para capturar."

O economista, porém, pondera que esses municípios têm peso relativamente pequeno no **PIB** brasileiro. O efeito das commodities é positivo, "mas não é isso que vai virar e trazer um ciclo de prosperidade para a economia", afirma. "Retomada de serviços, vacinação e recuperação do emprego são muito mais relevantes que o ciclo das commodities." O banco projeta superávit comercial de US\$ 66,4 bilhões, pelo critério do Banco Central, com viés de alta, e crescimento de 3,3% para o **PIB** de 2021.

De qualquer forma, diz Honorato, a partir de agora o efeito positivo do novo ciclo de commodities sobre atividade, câmbio e balança deve ser maior do que o negativo na **inflação**. O fim do impasse do Orçamento, a expectativa de normalização de juros e a elevação dos termos de troca abriram janela para a apreciação mais recente do câmbio. A combinação de fatores, diz, tem permitido o real fechar parte da distância formada em relação aos pares e aos próprios fundamentos das contas externas.

Um câmbio mais comportado pode ser contrapeso importante para a **inflação**, "o lado negativo" do cenário externo favorável, diz Rafaela, do Inter. Ainda assim, o nível dos preços é um ponto de atenção, porque o país "já ocupou quase todo o espaço da banda", diz ela, que estima IPCA de 4,9% neste ano.

O IGP-DI, divulgado na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), voltou a acelerar em abril, para 2,22%, ante 2,17% em março. Segundo André Braz, pesquisador do Ibre, o indicador mostrou que grandes commodities que haviam oferecido trégua nos dois últimos meses voltaram a apresentar aumento de preço em dólar. Entre elas, milho, trigo, soja, minério de ferro, alumínio e cobre. Isso, segundo ele, sinaliza novas pressões inflacionárias de matérias-primas brutas, grupo que já sobe 69,9% em 12 meses.

A apreciação recente da moeda, com dólar de R\$ 5,20 a R\$ 5,30, faz parte da volatilidade esperada até o próximo ano, diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Eventualmente, o câmbio pode escorregar para dólar a R\$ 5,10, mas deve ficar entre R\$ 5 e R\$ 6. Esse piso e teto serão resolvidos conforme o cenário para o fiscal." O câmbio, portanto, deve continuar pressionando a **inflação**, ao lado da alta das commodities.

O ciclo, diz, deve trazer dinamismo e renda para cidades produtoras, mas também "bipolaridade de

crescimento". Na última sexta a MB elevou de US\$ 76 bilhões para US\$ 78 bilhões a projeção de superávit comercial em 2021. Vale calcula que as cadeias ligadas às commodities elevem a fatia no **PIB** para perto de 45%. Mas boa parte da economia, ressalta, ainda dependerá de solução para a área fiscal, taxa de juros mais favorável ao crédito e melhora no nível de emprego, entre outros.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1)

## Impulso externo

Índice Bradesco de termos de troca para o Brasil (1º.jan/05=100)



Fonte: Bradesco

# Reabertura requer 56% de vacinados, aponta UBS BB

**Arícia Martins**

A chamada imunidade de rebanho clássica, de pouco mais de 70% da população, deve ser atingida no Brasil até o fim do ano assumindo uma hipótese conservadora para a vacinação de pessoas de 20 anos ou mais, mas a economia vai poder voltar "ao velho normal" antes disso. A avaliação é do UBS BB, que aponta a imunização de brasileiros acima de 30 anos como suficiente para aliviar o sistema de saúde e liberar o funcionamento de atividades que dependem de maior aglomeração social.

Esse grupo responde por 56% da população - percentual que, segundo a equipe econômica para Brasil do banco, pode ser considerado a "imunidade de rebanho efetiva" no país - e deve ter recebido as duas doses de vacinas contra a covid-19 até setembro. Assim, afirmam o economista-chefe do UBS BB, Alexandre de Ázara, e o economista Fabio Ramos, é possível que o nível de atividade tenha retomada mais expressiva a partir de outubro.

Pela última projeção informada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no fim de abril, a vacinação de idosos e dos demais grupos prioritários será concluída até setembro. O governo ainda não chegou a informar uma previsão para a imunização de brasileiros mais jovens.

Em relatório antecipado ao Valor, Ázara e Ramos analisaram a dinâmica de hospitalizações, ocupação de leitos de UTI e mortes por covid-19 em sete faixas etárias, a partir de informações do Datasus, do Ministério da Saúde. Com base nos resultados dos últimos 12 meses, os economistas concluíram que a vacinação é o principal fator determinante dessas três variáveis - que, por sua vez, são tomadas como referência pelos governos locais para aumentar ou diminuir as restrições à circulação.

Na faixa de 80 anos ou mais, que foi a primeira contemplada no calendário de vacinação e, até agora, tem 90% do grupo imunizado ao menos com a primeira dose, houve forte queda em todos os indicadores analisados, observam os economistas. A participação de pessoas dessa idade nas internações caiu de 15% na média de janeiro para 7,5% em abril. Já no uso de leitos de UTI, o recuo foi de cerca de 18% para 7,5% em igual comparação.

Um aumento de infecções entre os mais jovens, causado pelas novas variantes, também poderia explicar os menores percentuais da população mais velha, mas essa hipótese é refutada pelos economistas do UBS BB. Isso porque, quando se exclui os brasileiros de 80 anos ou mais da amostra, a parcela das demais faixas etárias no total de hospitalizações e ocupação em leitos de UTI não muda. O mesmo ocorre quando a faixa de 70 a 79 anos, também mais avançada no processo de vacinação, é retirada.

"O conjunto de dados e a análise por grupos etários apoiam a tese de que a vacinação é a determinante mais importante na hospitalização, ocupação de UTI e mortes, e devemos ver uma queda significativa nesses números conforme a vacinação de pessoas com mais de 60 anos progredir", dizem Ázara e Ramos.

Usando dados também do Datasus e uma estimativa que considera 75% da disponibilidade de vacinas prevista pelo governo federal e perda de 10% das doses entregues, eles fizeram previsões para o número de doses a ser aplicado daqui até o fim do ano. Foram incluídas quatro vacinas no modelo: Coronovac, AstraZeneca, Pfizer e Janssen. Como não é possível saber como será a distribuição a cada mês, o modelo assume uma divisão igualitária por trimestre, explica Ázara.

Das 66,93 milhões de doses da Pfizer previstas para o último trimestre, por exemplo, 22,31 milhões devem ser aplicadas em outubro, e a mesma quantidade em novembro e dezembro. Pelo modelo do banco, estes serão os três meses de maior sucesso no plano nacional de vacinação, com 58,98 milhões de vacinas disponibilizadas ao mês. Mas uma melhora já deve ser observada no curto prazo, influenciada principalmente pela AstraZeneca.

Em abril, foram aplicadas 16,26 milhões de doses, número que deve subir para pouco mais de 38 milhões em maio, estima o UBS BB, considerando um estoque de 15 milhões de vacinas já entregues ao Ministério da Saúde, mas ainda não distribuídas. Em junho e julho, o total de vacinas contra covid-19 aplicadas no país é previsto em 28,8 milhões e 40 milhões, respectivamente.

Ao conciliar o modelo previsto com o calendário do governo por faixas etárias e o tamanho de cada grupo, Ázara e Ramos estimam que 90% da população de 60 anos ou mais terá recebido as duas doses até maio. Como esse grupo representa 14,7% dos habitantes do país, a vacinação deles deve levar a uma forte queda de hospitalizações e mortes no fim deste mês ou começo de junho. Por isso, os dois economistas descartam a possibilidade de uma terceira onda da pandemia.

"Mas a melhor notícia não é essa", ressalta Ázara. Como pessoas com 30 anos ou mais respondem por mais de 90% do total de mortes, internações e ocupações de leitos de UTI nos últimos 12 meses, a vacinação desse grupo já permite que as restrições à mobilidade sejam levantadas. E, pelo modelo do banco, a chamada "imunidade de rebanho efetiva" deve ser alcançada até outubro, após a conclusão da imunização dessa faixa etária em setembro.

"Não sei se os governos locais vão concordar com isso, mas do ponto de vista do sistema de saúde, já é possível flexibilizar um pouco a economia em junho e podemos chegar a um nível mais normal em outubro", diz o economista-chefe do UBS BB.

Para Ázara, uma reabertura mais rápida que o previsto poderia elevar as projeções do mercado para o crescimento econômico em 2021. O UBS BB trabalha com alta de 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano, estimativa próxima ao consenso de mercado. "Tudo sugere que o risco nessas projeções é para cima."

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1)

## Imunidade "efetiva"

Para banco, vacinação de brasileiros acima de 30 anos permitirá normalização da economia

### ■ Projeções do UBS BB para doses aplicadas ao mês - Em milhões



### ■ Estimativas para a conclusão da vacinação por faixa etária

| Grupo           | % na população total | 90% do grupo estará vacinado até |
|-----------------|----------------------|----------------------------------|
| 60 anos ou mais | 14,7                 | Maio                             |
| 30 a 59 anos    | 41,4                 | Setembro                         |
| 20 a 29 anos    | 16,0                 | Novembro                         |

**98,5%** é quanto a população de 30 anos ou mais representa no total de mortes por covid-19, em uma média móvel de 12 meses até abril. Já a fatia dessa população no total de hospitalizações e internações em UTI é de **94,7%** e **96,2%**, respectivamente

Fontes: Datasus, UBS BB. Elaboração: UBS BB. \*dados já observados

# PEC 32 deve deixar de fora servidores do BC



Darci Matos: presidente do BC teria manifestado preocupação com a questão das carreiras típicas de Estado dos concursados, já que atuam em área estratégica

**Marcelo Ribeiro e Estevão Taiar**

Ainda em seus primeiros passos de tramitação na Câmara, a reforma administrativa vai poupar servidores do Banco Central (BC) das mudanças previstas para o serviço público que constam na proposta. Essa é a sinalização do relator Darci de Matos (PSD-SC), que indica que regras para carreiras típicas de Estado, como a dos servidores do BC, não serão tratadas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, mas em projeto de lei complementar em um segundo momento.

O tema foi abordado durante reunião entre Campos Neto, membros do BC e o parlamentar no fim de abril. "Campos Neto me disse estar muito preocupado com a questão das carreiras típicas de Estado dos concursados do Banco Central, já que eles atuam em uma área estratégica. Eu expliquei que mudanças para essas carreiras não serão tratadas na PEC que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)", disse Matos ao Valor, acrescentando que a abordagem ocorrerá posteriormente em outro projeto, que ainda não tem previsão de ser apreciado.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad, Campos Neto "concorda que o BC precisa ser tratado como carreira típica de Estado e não pode permitir que isso (inclusão das carreiras da autoridade monetária) seja promulgado com a PEC".

Em novembro de 2019, em reunião com o Sinal, Campos Neto também se opôs ao chamado "carreirão" - a possibilidade de funcionários concursados serem transferidos de um órgão para o outro,

independentemente da função para a qual foram aprovados no concurso.

"Sou totalmente contrário à transversalidade de carreiras no BC, a que o carreirão seja aplicado ao Banco Central. E comprometo-me a lutar para que isso não ocorra. Eu e os diretores do Banco Central estamos 100% de acordo sobre isso", disse, segundo relato do site do sindicato.

Nos eventos de que participa, o presidente da autoridade monetária é um defensor entusiasmado das reformas,. Em março, chegou inclusive a conversar com deputados federais para evitar a desidratação da PEC emergencial.

A comunicação oficial do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC também destaca com frequência a importância da agenda reformista.

"O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia", disse na semana passada, referindo-se à taxa que permite o máximo de crescimento da economia sem que isso acelere a **inflação**.

Segundo Faiad, do Sinal, há cinco pontos que fazem o sindicato ser contrário à PEC 32: momento "inoportuno" para a discussão, em função da pandemia; "prazo curto e falta de informações" a respeito do debate; "erro no alvo", já que para buscar o equilíbrio fiscal a União deveria mirar "os grandes ricos", não os servidores; problemas de "mérito" na proposta, já que ela atrapalharia a "gestão de pessoas"; fatores inconstitucionais, como mudanças na regra que proíbe a redução de salários.

No Parlamento, a expectativa é que, com a autonomia do BC, Campos seja ainda mais atuante em negociações pela aprovação de projetos caros ao governo. Caciques do Centrão veem com entusiasmo a possibilidade de um dia ele substituir Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia. O sentimento prevalece nos momentos em que o chefe da equipe

econômica entra em confronto com a cúpula do Congresso, como ocorreu às vésperas da decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o Orçamento de 2021. Apesar da empolgação, a maioria admite que o próprio chefe do BC nunca demonstrou disposição em suceder Guedes, de quem é próximo.

Reservadamente, parlamentares descartam a tese de que Campos tente interferir em assuntos que cabem ao Poder Legislativo e destacam que o bom trânsito construído pelo presidente do BC no Congresso desde 2019 permite que ele tenha canal de diálogo livre com relatores de matérias importantes. Muitos, aliás, atribuem o avanço da PEC emergencial justamente às suas articulações.

Procurado, o BC não comentou a reforma administrativa.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186852?page=1&section=1)**